

Ata da sessão de audiência pública sobre a minuta do edital de licitação para concessão florestal na Floresta Nacional de Caxiuanã realizada em 13 de agosto de 2014 em Breves, Pará.

Aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e catorze, às nove horas e quarenta minutos, membros da população local e representantes da sociedade civil e das esferas municipal, estadual e federal de governo reuniram-se no auditório do Centro de Desenvolvimento de Educação Profissional (Cedep), localizado no Polo da Universidade Aberta do Brasil, na Avenida Rio Branco, nº 1751, bairro Aeroporto, em Breves, Pará, para participar de audiência pública destinada a discutir a minuta do edital de licitação para concessão florestal na Floresta Nacional (Flona) de Caxiuanã. Compuseram a mesa os Srs. Paulo Ferreira (prefeito de Portel), José Antônio Leão (prefeito de Breves), Adiel Moura (prefeito de Melgaço), Marcus Vinicius Alves (diretor-geral substituto do Serviço Florestal Brasileiro – SFB) e Pedro Barbosa (secretário-executivo da Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó – Amam). Inicialmente, o Sr. Marcus Vinicius Alves apresentou-se e passou a palavra ao Sr. Pedro Barbosa, que saudou a presença dos prefeitos, contextualizou a situação da Flona e explicou que a audiência é um debate destinado à construção de conhecimento. Agradeceu mais uma vez a presença de todos e a oferta do Sr. Luiz Afonso Oliveira (presidente da Câmara de Vereadores de Breves). Acrescentou que o momento era histórico e importante. Afirmou esperar um retorno desse manejo, pois, no Marajó, os índices de desenvolvimento são muito baixos. A concessão florestal pode ajudar a modificar essa realidade. Em seguida, o Sr. Adiel Moura cumprimentou a todos e afirmou que a discussão é de interesse para os municípios envolvidos e o tema ainda é uma novidade na região. Agradeceu e almejou que todos os municípios entrassem em consenso sobre o que será melhor para todos. O Sr. Paulo Ferreira saudou os presentes, demonstrou satisfação após tantas discussões sobre o manejo na Flona e afirmou que: a) é importante acompanhar de perto essas discussões, especialmente agora, às vésperas da implantação da concessão; b) a discussão é importante para beneficiar municípios com baixos índices de desenvolvimento humano; c) Portel, Melgaço e Breves são polos madeireiros e os empresários podem se comprometer em trazer benefícios a essas comunidades; d) as propostas da minuta de edital devem ser analisadas, para checar se favorecerão as comunidades locais, com, por exemplo, o beneficiamento da madeira extraída. O Sr. José Antônio Leão cumprimentou a todos e destacou a importância da audiência pública sobre a concessão em Caxiuanã para os marajoaras, principalmente para os de Melgaço, Portel e Breves, e a necessidade de a população conhecer a minuta de edital para evitar lamentações posteriores. Considera que Melgaço e Portel devem ser beneficiados e que Breves disponibiliza-se a ajudar e a ser ajudado. Afirmou ser indiferente quanto à realização de audiência pública em Porto de Moz. Enfatizou a importância do diálogo para que a concessão venha a beneficiar o Marajó, uma vez que outras áreas já estão sendo beneficiadas por outras políticas. É importante garantir no edital a produção local da madeira. Sugeriu uma redução na área das unidades de manejo florestal (UMFs), para possibilitar a participação no certame de empresas do Marajó. Caso contrário, essas empresas terão que formar consórcio. O Sr. Marcus Vinicius Alves agradeceu a presença dos prefeitos, do representante da Amam e do presidente da Câmara de Vereadores, comunicou que o SFB almeja que o edital seja prontamente finalizado e publicado após as audiências e convidou para realizar a apresentação o Sr. Luiz César Lima, gerente-executivo de Concessão Florestal substituto do SFB. Por sua vez, o Sr. Luiz César Lima saudou a todos, agradeceu aos participantes pela presença em um evento tão importante e apresentou a equipe do SFB que estava trabalhando no evento: a Sra. Valéria Araújo na redação da ata; a Sra. Soraya Jennings no auxílio à apresentação; a Sra. Evie Negro na assessoria de imprensa; o Sr. Marcelo Melo, servidor da Unidade Regional do SFB em Santarém/PA. Em seguida, informou que havia formulários da Ouvidoria do Serviço Florestal Brasileiro na mesa próxima à entrada do auditório e que tais formulários poderiam ser preenchidos com sugestões à minuta do edital ou com qualquer outro assunto concernente ao SFB. Além disso, comunicou que não é necessário haver identificação no formulário e que somente a Ouvidora do SFB, a Sra. Fernanda Campos, iria ler o conteúdo dos formulários e encaminhar as sugestões às respectivas áreas competentes. Logo após, apresentou os dispositivos legais que amparam as concessões florestais: a lei 11.284/2006 (“Lei de gestão de florestas públicas” – LGFP), o Decreto 6.063/2007, que a regulamenta, e a lei 8.666/1993.

17051/2014

55 Informou que a LGFP tem como objetivos principais: a) combater a grilagem de terras públicas,
56 a violência no campo e o desmatamento em terras públicas; b) gerar benefícios para a sociedade;
57 e c) conservar as florestas. Em seguida, apresentou o conceito de concessão florestal contido na
58 lei 11.284/2006 e explicou, brevemente, alguns de seus principais elementos, entre os quais o
59 significado de “delegação onerosa”, “manejo florestal” e “licitação”. Informou que, segundo a
60 LGFP, o prazo de duração do contrato de concessão florestal é de 40 anos. Apresentou o conceito
61 legal de “manejo florestal sustentável” e destacou a geração de benefícios econômicos, sociais e
62 ambientais oriunda das concessões florestais. Esclareceu que a concessão florestal não inclui: a)
63 a titularidade imobiliária, b) os direitos sobre o subsolo, c) os direitos sobre a biodiversidade, d)
64 os direitos sobre os serviços ambientais (inclusive crédito de carbono) e e) o direito de realizar
65 caça e pesca. Afirmou que, se fosse o caso, o concessionário deveria solicitar cada uma dessas
66 licenças ou autorizações nos respectivos órgãos competentes. Ademais, indicou os principais
67 benefícios da concessão florestal: a) segurança jurídica; b) segurança fundiária; c) ordenamento
68 da atividade madeireira; d) atração de investimentos na criação e revitalização do parque
69 industrial; e) incentivos à capacitação da mão-de-obra local; f) aumento da arrecadação municipal,
70 estadual e federal; g) garantia de manutenção da floresta e fortalecimento da gestão das florestas
71 públicas; e h) geração de empregos e renda na região. Em seguida, informou que: a) a Floresta
72 Nacional de Caxiuanã foi a primeira Flona criada na Amazônia; b) o Plano de Manejo da Unidade
73 de Conservação (PMUC) foi aprovado pela Portaria 141 do Instituto Chico Mendes de
74 Conservação da Biodiversidade (ICMBio); c) a área total da Flona é de 322.869,00 ha; d) sua área
75 potencial para concessão florestal é de 183.695,70 ha; e) a Flona de Caxiuanã está localizada nos
76 municípios de Portel e Melgaço; f) não há conflitos entre populações tradicionais; g) na Flona
77 está localizada a Estação Científica Ferreira Penna; e h) a principal logística é realizada por via
78 fluvial, mais barata, em regra, do que a via rodoviária na região amazônica. O Sr. Luiz César
79 Lima enumerou os requisitos para a publicação do edital de concessão florestal: a) a publicação
80 do Decreto da criação da Unidade de Conservação (Decreto Federal 239/1961); b) a existência
81 do PMUC; c) a inclusão da Flona no Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) 2014. Já que
82 todos esses requisitos foram cumpridos, a Flona de Caxiuanã pode ser submetida ao processo de
83 licitação para concessão florestal. Informou que os produtos que podem ser manejados pela
84 concessão são: madeira em tora, material lenhoso residual da exploração e produtos florestais não
85 madeireiros. Mencionou que, entre outros, os seguintes produtos somente podem ser explorados
86 após autorização do SFB, que avaliará a compatibilização de seu uso comercial com o seu uso
87 pelas populações tradicionais e pelas comunidades locais: a) palmito e fruto do açaí; b) todos os
88 produtos das demais palmáceas, c) fruto da castanha do Pará. Informou que podem participar da
89 concorrência pública: a) empresas, b) associações de comunidades locais, c) cooperativas e d)
90 organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) e que todos os licitantes precisam
91 ter sede e administração no Brasil. Explicou que o licitante será pontuado com base na proposta
92 técnica, que vale 500 pontos, e na proposta de preço, que também vale 500 pontos. Será declarado
93 vencedor da licitação quem conseguir a maior pontuação no somatório das propostas técnica e de
94 preço. Asseverou que a fase de habilitação exige que o concorrente seja “ficha limpa”, pois entre
95 os documentos que devem ser apresentados são exigidos os que demonstram regularidade
96 ambiental, fiscal, trabalhista, jurídica e qualificação técnica. Mencionou os documentos
97 obrigatórios para os participantes sob forma de consórcio: a) comprovação de compromisso da
98 constituição do consórcio, b) documento indicando a empresa líder, c) documentos referentes à
99 habilitação, à capacidade técnica, à idoneidade financeira e à regularidade jurídica e fiscal de
100 todos os participantes do consórcio. Afirmou que o consórcio pode constituir uma única empresa
101 para gerir o contrato e que a empresa líder será responsável técnica e legal por todos os atos
102 praticados pelo consórcio. Apresentou o zoneamento ambiental da Flona aprovado pelo PMUC e
103 a proposta inicial de UMFs e suas respectivas áreas. Afirmou que a LGFP exige a presença de,
104 pelo menos, uma UMF pequena em cada lote submetido ao processo licitatório, e que o conceito
105 de UMF pequena está no PAOF. Segundo o PAOF 2014, UMF pequena é aquela cuja área tem
106 no máximo 40 mil hectares. Ademais, informou o preço mínimo do edital, a partir do qual os
107 interessados devem apresentar a proposta de preço: R\$ 75,00 por metro cúbico de madeira
108 manejada. Discorreu sobre os critérios de precificação, os quais englobam, entre outros fatores:
109 a) uma pesquisa de preço nas madeireiras localizadas em um raio de até 150 km da Flona, b) os

custos de logística e c) os custos de produção do empreendedor. Esclareceu que proposta técnica é o compromisso que o licitante assume no processo de concessão florestal e que os pontos da proposta técnica estão distribuídos entre quatro critérios exigidos pela LGFP: a) ambiental, b) social, c) de eficiência e d) de agregação de valor. O critério de agregação de valor é o que possui a maior pontuação, pois destina-se a manter a riqueza na região. Informou que os indicadores bonificadores permitem um desconto no preço que o licitante se comprometeu a pagar pela madeira manejada, e que a bonificação será aplicada somente se houver ágio em relação ao preço mínimo do edital. Discorreu sobre cada um dos indicadores bonificadores: a) grau de processamento local do produto; b) investimentos na proteção da UMF; c) geração de empregos; d) capacitação dos empregados; e) implantação e manutenção de sistema de gestão da qualidade, responsabilidade social, e saúde e segurança do trabalho; f) aproveitamento de resíduos; e g) implantação e manutenção de sistema de gestão de qualidade na indústria. Em seguida, versou sobre a distribuição dos recursos oriundos das concessões: o Valor Mínimo Anual (VMA) e a divisão da parcela restante, denominada “demais valores”. Detalhou que a distribuição legal dos valores oriundos da concessão florestal, excluído o VMA, acontecerá da seguinte maneira: a) 40% para o ICMBio, b) 20% para o estado do Pará, c) 20% para os municípios de Portel e Melgaço e d) 20% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF). Acrescentou que o concorrente precisa apresentar, junto com a documentação de habilitação, uma garantia de proposta, que pode ser executada quando: a) a proposta for retirada dentro do prazo de validade; b) não forem cumpridas as obrigações previstas no instrumento convocatório; c) houver, por parte da adjudicatária, recusa em celebrar o contrato. A devolução da garantia pode acontecer em 15 dias após a conclusão da fase de habilitação, para os licitantes inabilitados, ou após 15 dias depois da assinatura do contrato, para os demais licitantes. A comissão de licitação analisará a documentação e indicará se a concorrente foi habilitada. O Sr. Luiz César Lima mencionou o valor da garantia para cada UMF. Logo após, explicou que a garantia de execução do contrato, exigida nas leis 11.284/2006 e 8.666/1993, corresponde a 60% do VRC e deve ser apresentada em 3 fases: a) 30% na assinatura do contrato, b) 30% dez dias após a homologação do PMFS e c) 40% dez dias após a aprovação do segundo Plano Operativo Anual (POA). A execução da garantia de contrato dar-se-á nos seguintes casos: a) rescisão contratual; b) inadimplência das obrigações financeiras; c) condenação da concedente por atos de responsabilidade do concessionário; d) ressarcimento de valores de multas e indenizações. Informou que as modalidades de garantia são: a) caução em dinheiro, b) caução em títulos da dívida pública, c) seguro-garantia e d) fiança bancária. Afirmou que os custos do edital devem ser ressarcidos pelos concessionários na proporção da área de suas respectivas UMFs e que o pagamento dos custos do edital pode ser realizado em até quatro parcelas trimestrais de igual valor, sendo a primeira parcela paga três meses após a assinatura do contrato. Destacou que empresas de pequeno porte, microempresas e associações de comunidades locais estão isentas do pagamento dos custos de edital. Por fim, o Sr. Luiz César Lima agradeceu a todos pela atenção, informou que a apresentação estava encerrada e colocou-se à disposição para responder a quaisquer dúvidas apresentadas e para anotar qualquer sugestão. O Sr. Marcus Vinicius Alves concedeu a palavra a quem desejasse se manifestar. O Sr. Luiz Carlos Albuquerque Montes, representante dos trabalhadores rurais de breves, destacou que o tema é novo e a população extrativista não tem o mínimo conhecimento, que a concessão não é uma oportunidade, mas uma ameaça, pois a floresta é o maior patrimônio que existe. Os riscos são muito grandes em comparação aos benefícios. Acredita que em um período de cinco a dez anos haverá mão-de-obra escrava nas áreas concedidas e que as empresas agirão na ilegalidade. Os benefícios não atingirão quem realmente precisa e não haverá desenvolvimento local. O Sr. Marcus Vinicius Alves passou a palavra ao próximo que desejava se manifestar. A Sra. Rita Rabain, irmã da paróquia Santana, não entendeu porque a audiência não foi melhor divulgada, mas presumiu que o motivo fosse a falta de sinal de televisão. Não viu presentes os agricultores, que serão afetados pela concessão, e considerou o processo elitista. Também ficou em dúvida sobre como o povo aproveitará a concessão. Solicitou a apresentação em *pendrive*. O Sr. Marcus Vinicius Alves esclareceu que a concessão não é primeira do país e que o SFB realizou as primeiras audiências em 2007. Sugeriu aos menos esclarecidos sobre o processo da concessão que recorressem às experiências já implantadas, pois é uma oportunidade para se ter indicativos de como acontecem as concessões. Há concessões estaduais no Pará. Embora haja algumas

diferenças em relação às concessões federais, essas experiências, a grosso modo, podem servir de exemplo para quem tem dúvidas e para que os receios sejam vistos como oportunidades. Há pouco tempo foram assinados os contratos na Flona do Crepori. Em um dos municípios onde as concessões já operam, Jacareacanga, existem 162 empregos formais e as concessões podem gerar mais 300. Não há como ter trabalho escravo em concessões, por causa dos controles que existem sobre as concessões federais. O objetivo dessas reuniões é justamente disseminar essas informações. A Sr. Ediza Schmidt, empresária do ramo madeireiro, convidou as industriais a se manifestarem para mostrar que a realidade é diferente do que alguns acham. Explicitou seu apoio às concessões e às comunidades. Afirmou estar disposta a ingressar em um consórcio para participar do certame licitatório. Não apenas empresa grande poderá concorrer e está disposta a se unir para concorrer à concessão. Já conheceu a Flona e deseja que o povo não tenha essa visão dos empresários. Almeja dar oportunidade para a população crescer. Madeireiro não depreda a floresta, pois depende dela. A Sra. Socorro Andrade, do Museu Paraense Emílio Goeldi, indagou o motivo pelo qual haverá audiência pública em Porto de Moz mas não em outros municípios da área oeste da Flona. O Sr. Marcus Vinicius Alves respondeu que, por lei, as audiências só precisariam ser realizadas em Melgaço e Portel, mas que o SFB resolveu ampliar essa discussão, razão pela qual realizaria audiências públicas também em Belém, Breves e Porto de Moz. Os recursos do poder público não permitem realização de audiências em outros municípios. As audiências integram os custos do edital. O Sr. Sidiclei Miranda, secretário de Meio Ambiente de Breves, posicionou-se desconfiado em relação aos madeireiros, porque alguns já exploraram o município e, quando encerraram suas atividades, houve uma série de problemas deixada por eles. Espera que a concessão gere emprego e renda. Afirmou que a audiência foi mal divulgada. Perguntou sobre a divisão do dinheiro arrecadado. A concessão florestal não é preservação. A população não está representada e não quer que isso aconteça nos outros municípios. O critério de qualificação técnica exclui cooperativa e associação, a não ser que tenha capacitação. Pensar em desenvolvimento local e não ouvir a população não é desenvolvimento local. O Sr. Marcus Vinicius Alves explicou que a divulgação foi realizada nos termos da legislação, com publicação de aviso no Diário Oficial da União e em jornais de grande circulação do estado, além da mobilização do poder público dos municípios. A distribuição dos recursos foi definida na LGFP. Obviamente, nem todos concordam com o que está estabelecido na lei, mas a única maneira de alterar os percentuais a serem distribuídos é por meio da via legislativa. O manejo florestal é elemento de conservação do meio ambiente e as atividades que não se enquadram no conceito na conservação não se enquadram no manejo florestal. Independentemente do porte da empresa, é necessário haver capacidade técnica para participar do certame. O SFB busca mudar a forma como a floresta vem sendo utilizada. O governo federal não tem interesse em submeter a Flona a um processo de concessão florestal se for para explorar da forma como tem sido feita a exploração florestal tradicional. Em Belém, afirmou-se que a Flona já poderia estar cumprindo com o papel de beneficiar a população há anos, mas não é do interesse do SFB ter modelos de negócio parecidos com o que vinha sendo feito, por isso há um conjunto grande de requisitos, para todos os portes de empresas, pois o pequeno e o grande causariam o mesmo prejuízo na floresta. O Sr. Luciano Montag, da Universidade Federal do Pará e do Museu Paraense Emílio Goeldi, indagou se a concessão seria de impacto reduzido. Esclareceu que trabalha em Paragominas e lá isso acontece. Os impactos são mínimos. Acrescentou que a floresta precisa gerar renda para a população local. Informou que foi difícil elaborar o plano de manejo em Caxiuanã. O Sr. Marcus Vinicius Alves respondeu que a concessão é, sim, de impacto reduzido, já que a floresta é uma unidade de conservação, mas de uso sustentável, e que apenas 56% da unidade de uso está destinada para o manejo florestal empresarial. Um munícipe de Portel perguntou quando a madeira será efetivamente extraída para que possa beneficiar o povo e melhorar a situação da região. O Sr. Marcus Vinicius Alves explicou que é difícil fazer uma previsão, já que o governo não tem o controle exato de todo o processo. Mas acredita que o início do manejo propriamente dito não vai acontecer antes de 2016. O Sr. Sílvia Baia, da Secretaria de Educação de Portel, questionou se a escolha da rota de escoamento da madeira é do empresário ou se pode ser colocado em edital e se o investimento social é um valor fechado ou pode ser negociado. O Sr. Marcus Vinicius Alves respondeu que a decisão sobre o escoamento é de quem vai operar o manejo. O processo de concessão é um processo de aprendizado e tem-se observado que, em relação à

regulação econômica, quanto mais o governo interfere, maiores as chances de haver resultados indesejáveis. O governo deve ter regras claras e grande controle sobre a gestão do contrato. Não cabe ao SFB definir por onde o escoamento será feito, mas respeitar o plano de negócio da empresa. Em relação aos investimentos, dois pontos são claros: o que a lei traz, os critérios de seleção, e o que o SFB criou, um indicador social, que faz parte da proposta técnica do concessionário. O Sr. Sílvio Baia perguntou se não pode ser mudada a margem do indicador de investimento direto na sociedade. O Sr. Marcus Vinicius Alves explicou que a alteração desses parâmetros pode tornar a concessão inexecutável. O SFB está aberto para recolher contribuições, mas a sugestão precisa ser fundamentada, para que a concessão possa ser executada. Esses números foram os máximos alcançados com os estudos realizados. O Sr. Vilson Mainardi, madeireiro de Breves, comunicou que sempre trabalhou na atividade madeireira e que a região é uma das mais antigas exploradas na região amazônica. É muito importante a concessão. A prática de manejo florestal sempre foi feita no local. Afirmou que já tem experiência nessa área e que o preço mínimo do edital está muito alto. Em outras concessões, o custo foi bem mais baixo e o preço estava dividido em categorias. Informou ainda que 63% de madeira pertence às categorias mais baratas e isso não permitiria competir nem mesmo no mercado interno. Em uma palestra, pensa ter sido dito que o preço seria 17 reais o metro cúbico. Exemplificou com os valores do contrato de transição, sendo o mais alto em torno de 40 reais. O valor do metro cúbico de outros projetos gira em torno de 30 reais por metro cúbico. O preço precisa ser revisto urgentemente. Considerou as UMFs muito grandes e acredita que elas deveriam ter entre 30 mil a 40 mil ha, para que mais empresas pudessem participar. O contrato também poderia ter seu prazo alterado para 30 anos. O intervalo para exploração estabelecido é muito longo e deve ser estudado para a região, pois o período estabelecido não deixa transportar a madeira. Quatro meses seria o ideal. Parte da riqueza deveria ser destinada a região. O Sr. Marcus Vinicius Alves esclareceu que a avaliação não é feita só em relação ao preço, mas envolve outros fatores, pois há uma modelagem de um negócio inteiro. O objetivo é mudar a estrutura de negócio. O SFB está recepcionando sugestões fundamentadas de preço e tamanhos de unidades. Exemplificou o preço de alguns grupos e de grupo único, nas primeiras concessões. Ressaltou as peculiaridades de cada floresta e sua modelagem única. Mostrou que há diferenças e que o SFB leva em consideração essas diferenças. Não há preço diferenciado pelo tamanho de unidade. O período de embargo será alterado, porque será adotada a determinação o órgão competente. O Sr. César Tenório, professor da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), perguntou o que está sendo pensado em relação à capacitação das comunidades do entorno e do interior da Flona. Em Saracá-Taquera, o percentual do município teve problema por causa do Conselho Municipal. Solicitou que comentassem sobre a regularidade desse conselho. Em relação à proposta técnica, indagou se o concessionário que colocar mais elementos vai ser considerado. O Sr. Marcus Vinicius Alves respondeu que os recursos sempre dependem da constituição e da deliberação do Conselho de Meio Ambiente. Em relação à proposta técnica, não se pode fugir ao edital. Isso acontece em qualquer licitação. O Sr. César Tenório afirmou que o concessionário pode querer fazer um diferencial. O Sr. Marcus Vinicius Alves indicou que sugestões podem ser feitas, mas que, depois de lançado o edital, deve-se ater a ele. O Sr. César Tenório indagou sobre as informações para a comunidade. O Sr. Marcus Vinicius Alves explicou que não cabe ao SFB, já que é responsabilidade do concessionário. O Sr. César Tenório questionou sobre recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) para comunidades. O Sr. Marcus Vinicius Alves informou que ainda não foram repassados. O FNDF deve aportar fundos além das florestas públicas e não há vinculação direta entre o que vai ser arrecadado na concessão com a forma nem com o lugar em que esses recursos serão investidos. O Sr. Carlos, do Conselho Municipal de Meio Ambiente, demonstrou sua preocupação em relação às comunidades que serão atingidas diretamente. Perguntou se o investimento será na comunidade local ou na sede do município. O Sr. Marcus Vinicius Alves explicou que o conselho decidirá. O Sr. Carlos acrescentou que elaboraram questionamentos, pois o investimento na comunidade é muito pouco. O Sr. Marcus Vinicius Alves esclareceu que é uma oportunidade muito boa, que o poder público federal compreende a carência que existe na região, mas que seria um equívoco pensar que a concessão resolverá todos os problemas da comunidade. O Sr. Carlos destacou que os maiores prejudicados serão os ribeirinhos. O Sr. Marcus Vinicius Alves questionou sobre o que teriam hoje os

275 ribeirinhos. O Sr. Carlos explicou que os ribeirinhos não concordarão com a situação. O Sr.
276 Marcus Vinicius Alves explicou que a avaliação deve ser mais profunda, que devem ser avaliados
277 os benefícios que a concessão trará à comunidade. O Sr. Carlos colocou que muitas coisas já estão
278 decididas. O Sr. Marcus Vinicius Alves esclareceu que as decisões obedeceram a critérios
279 técnicos. A preocupação é fazer o negócio ser viável e funcionar. Se isso não acontecer, a
280 concessão pode não ter futuro. Se a concessão florestal não prosperar, as florestas não funcionarão
281 como alavanca para o desenvolvimento. O papel social não está dissociado do papel econômico
282 da floresta. Esses estudos estão sendo realizados há mais de cinco anos, o que mostra a seriedade
283 com que a situação vem sendo analisada. Por fim, o Sr. Marcus Vinicius Alves agradeceu a
284 presença de todos e encerrou a audiência às doze horas e trinta e três minutos. Nada mais havendo
285 a tratar, eu, Valéria Ferreira de Araújo, analista ambiental da Gerência-executiva de Concessão
286 Florestal, lavrei a presente ata.

Valéria F. de Araújo

Valéria Araújo
Analista Ambiental
Mat. 1672434
GECOF/SFB/MMA